



# RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

**CNI**  
Confederação Nacional da Indústria  
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

## DESTAQUES DO MÊS

### Ibama libera obras de megaporto no sul da Bahia

O Ibama concedeu a licença de instalação do Porto Sul da Bahia, em Ilhéus, que prevê investimentos de R\$ 3 bilhões em dois grandes terminais. Com isso, as obras do megacomplexo portuário ficam liberadas. A autarquia ambiental exigiu a implementação de 29 programas de compensações socioambientais para emitir a licença. Também impôs outras exigências, como a proibição do tráfego de caminhões pela rodovia BA-648 e a garantia de passagem de embarcações de pesca na região, durante toda a obra. O valor de R\$ 10,6 milhões foi estipulado como compensação pelos impactos ao meio ambiente. O Porto Sul poderá movimentar até 100 milhões de toneladas no 25º ano de operação. Ele já teve autorização

*O Porto Sul poderá movimentar até 100 milhões de toneladas no 25º ano de operação - ele já teve autorização da Secretaria de Portos*

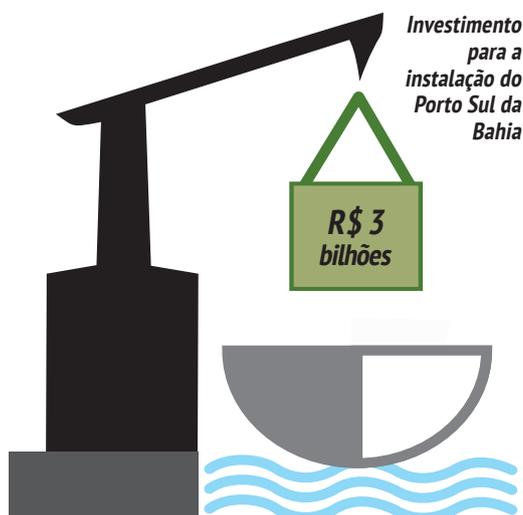
da Secretaria de Portos. Dois terminais vizinhos estão previstos. Um é da Bahia Mineração, que explora minério de ferro no Município de Caetitê e pretende escoar sua produção pela Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), cujo traçado termina em Ilhéus. A ferrovia está atrasada. O outro terminal será explorado, em um sistema de condomínio, por empresas selecionadas pelo Governo baiano. Pode envolver a movimentação de minério, grãos e até contêineres. (29.09.2014-Baseado em Valor Econômico)

## PAINEL

### MME prorroga prazo para entrega de LP e DRDH/Outorga para hidrelétricas e termelétricas

*O Ministério de Minas e Energia - MME publicou no Diário Oficial da União (DOU) de 30/09/2014, uma Portaria adiando as datas de apresentação de Licença Ambiental e outorga de uso da água para empreendimentos termelétricos, e a data de apresentação de Licença Ambiental e Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH para empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 50MW.*

Saiba mais.: [www.epe.gov.br](http://www.epe.gov.br)



## Tarifa de energia pode subir com corte de repasses do Governo para subsídios ao setor

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu no dia 23.09 que a decisão do Governo de reduzir a previsão de gastos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) pode causar aumento das tarifas de energia elétrica. O Governo reduziu em R\$ 4 bilhões (de R\$ 13 bilhões para R\$ 9 bilhões) a projeção de despesas com a CDE, a fim de compensar a previsão de arrecadação menor este ano. Também houve redução de R\$ 2,2 bilhões na previsão de despesas com pessoal.

*(23.09.2014-Baseado em O Globo)*

### Consumo de energia na indústria cai 5,1%

Na indústria brasileira, o consumo de energia teve recuo de 5,1% em agosto ante o mesmo período do ano passado, para 15.066 GWh. Mas a queda foi menos acentuada que a de julho, de 6,9% ante igual mês de 2013. “O recuo mais moderado do consumo industrial está em linha com o indicador da capacidade instalada (UCI)”, que teve leve melhora em agosto, na comparação com junho, diz o relatório da EPE. A UCI passou de 39,7 em julho, para 41,3 pontos em agosto, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ainda assim, o consumo industrial de energia dos setores eletrointensivos continua em retração. Os mais afetados, segundo a EPE, continuam sendo o metalúrgico, o químico e o automobilístico.

*(29.09.2014-Baseado em Valor Econômico)*

### Ibama dá aval à linha ‘pré-Belo Monte’

Um dos empreendimentos mais importantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na área de transmissão de energia recebeu licença prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A linha Miracema-Sapeaçu, com 1.854 quilômetros de extensão, terá uma função estratégica no sistema interligado nacional. Ela permitirá à região Nordeste receber energia da usina hidrelétrica de Belo Monte, além de possibilitar a transferência de até seis mil Megawatts (MW) para o Sudeste, a partir de 2016. Por causa dessas características, é conhecida no setor como linha “pré-Belo Monte”. O documento do Ibama atesta a viabilidade socioambiental do projeto. Para que as obras possam efetivamente começar, os empreendedores precisam buscar a licença de instalação da autarquia federal. Os investimentos na linha de transmissão de energia, que vai operar em 500 kV, são estimados em cerca de R\$ 1,3 bilhão. Ela foi arrematada em dezembro de 2012, pela empresa espanhola Abengoa, que saiu vitoriosa do leilão com deságio de 28,6% sobre a receita máxima permitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). *(26.09.2014-Baseado em Valor Econômico)*

## Geração hidrelétrica no País é a mais fraca em 9 anos

A geração hidrelétrica registrada em agosto foi a pior dos últimos nove anos. Ao todo, 40,5 mil megawatts (MW) de energia foram injetados no sistema elétrico em agosto. Resultado mensal mais fraco do que esse só foi registrado em julho de 2005, quando 30,2 mil MW foram entregues, de acordo com informações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Se observado o desempenho verificado nos meses de agosto, somente em 2004 foi registrado um desempenho tão fraco quanto o de agora. A gravidade da situação fica mais evidente quando os números são contrapostos à evolução da geração hidrelétrica neste mesmo período. Os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apontam que, em 2004, o Brasil tinha 79,6 mil MW de energia baseada em hidrelétricas e as chamadas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), que são as usinas que geram até 30 MW. Dez anos depois, a geração de energia extraída dos rios saltou para 87,6 mil MW, um crescimento de quase 10%. Isso significa que, passada uma década, e após uma ampliação significativa do potencial de geração, as hidrelétricas estão gerando hoje a mesma quantidade de energia de dez anos atrás.

(07.09.2014- Baseado em O Estado de São Paulo)

## Petrobras se afasta do transporte de gás natural

***A Petrobrás confirmou que não entrará como transportadora do projeto Itaboraí-Guapimirim***

O processo de desverticalização do mercado brasileiro de gás natural começou a dar seus primeiros passos nas últimas semanas. Dona de praticamente todos os gasodutos do país, a Petrobras confirmou, em agosto, sua intenção de não entrar como transportadora do projeto Itaboraí-Guapimirim, o primeiro gasoduto a ser licitado sob o regime de concessão no Brasil. Atendendo à pressão da indústria por um ambiente mais competitivo, a ANP fixou, em 2013, novas regras que prometem restringir a participação da Petrobras como transportadora em futuros gasodutos.

(05.09.2014-Baseado em Valor Econômico)

## Trecho da Norte-Sul foi superfaturado em R\$ 153 milhões, aponta TCU

Pelo menos R\$ 153 milhões foram pagos a mais pelo Governo pela construção de um trecho de 284 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul, em Goiás. É o que aponta relatório do TCU (Tribunal de Contas da União) que determinou abertura de um processo específico para cobrar de empresas contratadas e da Valec, estatal de ferrovias, o valor considerado superfaturado. O valor inicial do contrato da obra do trecho, entre as cidades de Anápolis e Uruaçu, era de R\$ 1,2 bilhão. As obras começaram em 2008 e foram consideradas concluídas pelo Governo apenas neste ano. Mas, na prática, a ferrovia ainda não funciona nesse trecho já que não há serviços de trens operando. Para que isso ocorra, são necessários reparos em trilhos que já estão danificados e que uma empresa se responsabilize por operar sinais e passagens. (18.09.2014-Baseado em Folha de São Paulo).

## Ibama dará licença à ferrovia do Centro-Oeste

A Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), prevista para atravessar o principal polo de produção de grãos do País, em Mato Grosso, vai receber licença prévia ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A autorização será dada para todo o trajeto de 1.582 km de extensão da ferrovia. A Fico começa no Município de Vilhena, em Rondônia, e corta todo o Estado do Mato Grosso, até chegar em Goiás, na cidade de Uruaçu. Neste ponto, conecta-se à ferrovia Norte-Sul. A licença prévia atesta a viabilidade do empreendimento quanto ao impacto socioambiental da obra. Para que a construção ferrovia tenha início efetivo, será preciso, agora, buscar a licença de instalação do projeto. (23.09.2014-Baseado em *O Estado de São Paulo*).

## Brasil tem pior logística dos Brics, mas nível de investimento começa a crescer

*Neste ano, as condições logísticas do Brasil pioraram em relação aos outros países do Brics.*

O Brasil tem a pior infraestrutura de transportes dentre os países integrantes do bloco dos Brics (composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e, mesmo com o aumento do nível de investimento no setor, ainda não investe o suficiente para mudar esse cenário. Pelo contrário: neste ano, as condições logísticas do país pioraram em relação a outras nações. No relatório anual de competitividade do Fórum Econômico Mundial, divulgado mês passado, o Brasil saiu da 107ª posição no ranking de transportes do ano passado para a 120ª colocação (considerando 144 países). Fica atrás, por exemplo, de México, Vietnã e Etiópia. (01.10.2014-Baseado em *Valor Econômico*).

## Setor elétrico terá conta extra de R\$ 7 bi em 2015

O próximo Presidente da República terá de agir rápido para evitar que mais um rombo afete o caixa do setor elétrico no primeiro semestre de 2015. A exemplo do que ocorreu nos últimos dois anos, vários contratos de energia elétrica firmados entre distribuidoras e geradoras - em leilões promovidos pelo Governo entre 2001 e 2013 - acabam em dezembro. Se essa energia não for recontratada, o rombo pode chegar a R\$ 7 bilhões entre janeiro e junho, segundo cálculos da Comerc Comercializadora. Pelas regras do setor, as distribuidoras são obrigadas a contratar 100% da energia necessária para abastecer os clientes. Quando o volume contratado é menor que o consumido, elas têm de comprar a diferença no mercado spot (de curto prazo), cujo preço do Megawatt hora (MWh) está em R\$ 745 (chegou a R\$ 822 no primeiro semestre). O problema é que as distribuidoras têm sido obrigadas a comprar no mercado à vista todo mês. (21.09.2014-Baseado em *O Estado de São Paulo*).

# 1. ENERGIA ELÉTRICA

## 1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

**Previsão para Entrada em Operação (em MW)**  
De 15 de setembro de 2014 até 31 de dezembro de 2018

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	988	3.896	5.452	3.886	3.667	17.889
Otimista	988	3.896	5.460	3.886	4.775	19.004

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	939	605	426	50	1.405	3.425
Otimista	961	623	426	60	1.405	3.474

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	1.488	3.013	246	34	25	4.806
Otimista	1.584	6.315	2.751	1.278	454	12.381

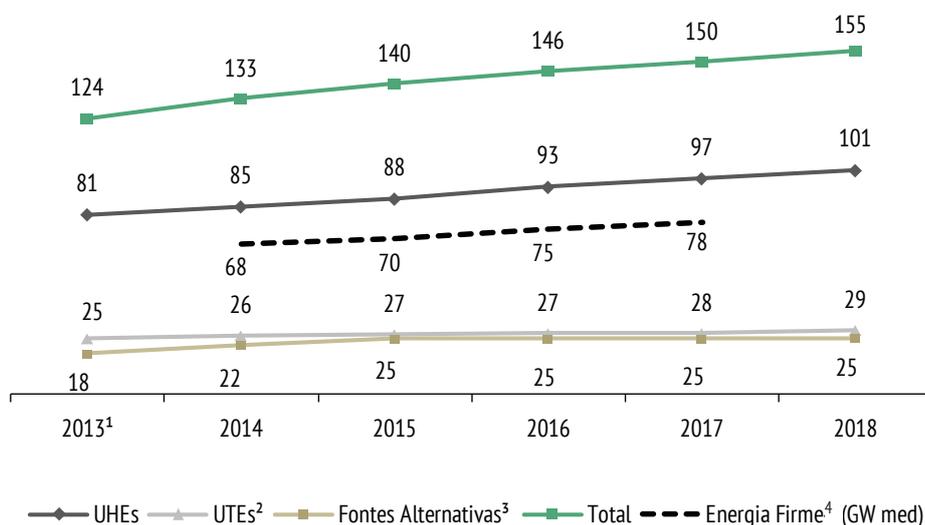
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2014	2015	2016	2017	2018	Σ
Conservador	3.415	7.514	6.124	3.969	5.097	26.119
Otimista	3.533	10.834	8.637	5.223	6.634	34.860

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).  
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.  
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 4,2% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2018.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 34,9 mil MW no período 2014-2018. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 5,6% ao ano.

**Previsão da Capacidade Instalada\* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médios)**  
Cenário Conservador

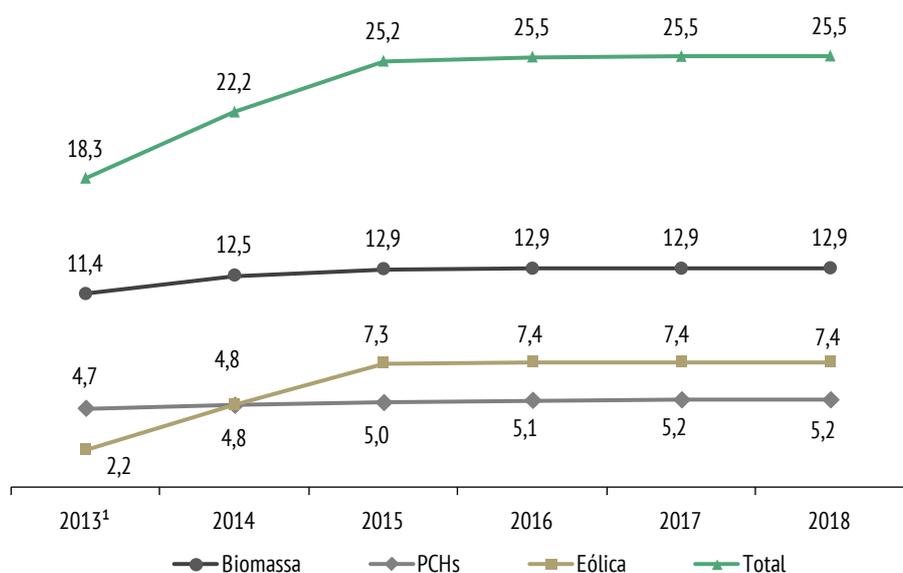


Fonte:  
Elaboração própria com dados da Aneel e da PSR Consultoria (Energy Report - Janeiro/2014).

Notas:  
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2013.  
<sup>2</sup> UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.  
<sup>3</sup> PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.  
<sup>4</sup> Energia Firme com 5% de risco de déficit, considerando uma redução de 4% na produtividade das usinas hidrelétricas e uma redução nas vazões da região NE para o valor observado nos últimos 20 anos.<sup>2</sup>

\* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)  
Cenário Conservador**



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.  
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2013.

*A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2014, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,64% e 0,5%.*

Entre 2013 e 2018, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 25% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 15% no mesmo período. Em dezembro de 2013, a participação das UHEs foi de 65% na matriz elétrica nacional e deve permanecer nesse patamar até 2018. A participação na capacidade total instalada das UTES deve cair de 20% em 2013 para 19% em 2018.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve cair de 9% para 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2018. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2018, passará de 2% para 5%.

### **Geração Hidrelétrica e Termelétrica**

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 19,0 mil MW de UHEs até 2018, enquanto a previsão conservadora prevê a entrada de 17,9 MW no mesmo período. Em outras palavras, 94% da potência prevista não apresenta restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 3,5 mil MW até 2018, sendo que cerca de 3,4 mil MW (99%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Através da Portaria n.485, de setembro deste ano, o Ministério de Minas e Energia determinou que a Aneel promovesse leilão de compra de energia elétrica proveniente da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, localizada no Rio Tapajós, no Estado do Pará, com capacidade instalada de 8.040 MW. O leilão seria realizado em 15 de dezembro do ano em curso. O suprimento da energia gerada nessa usina teria início em 2020 e término do suprimento em 2049. A primeira unidade geradora entraria em operação comercial em dezembro de 2019. Pouco depois, o Ministério revogava a Portaria citada. Justificava o Executivo a revogação da Portaria pela necessidade de adequações aos estudos associados à questão do componente indígena, apesar do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica e do EIA/RIMA terem sido concluídos no prazo acordado.

O projeto da usina compreende uma casa de força principal, com 36 turbinas de 215 MW de potência, e uma casa de força complementar, com duas turbinas de 150 MW. O aproveitamento será capaz de suprir 4.012 MW médios de energia firme.

O estudo de impacto ambiental da hidrelétrica, contendo análise das conseqüências ambientais da implantação do complexo gerador, foi entregue ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - Ibama. A informação foi divulgada pela Eletrobras, coordenadora do Grupo de Estudos Tapajós. O documento é considerado fundamental para obtenção da licença prévia para construção do complexo hidrelétrico, que terminará

por reunir cinco empreendimentos localizados no Rio Tapajós. A expectativa é que, agregadas, as usinas hidrelétricas de São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jamanxim, Cachoeira do Caí e Cachoeira dos Patos adicionem futuramente 10.682 MW ao parque gerador nacional.

Mas surgiram entraves de tipo sócio-ambiental que obstam a construção do primeiro aproveitamento. Onde se insere o empreendimento? A área de influência do aproveitamento hidrelétrico de São Luiz do Tapajós abrange aproximadamente 74 mil km<sup>2</sup> e está ocupada por cerca de 550 mil pessoas. Santarém e Itaituba são os principais municípios da Região. Inserida no bioma da Amazônia, é uma região de grande riqueza de fauna e flora. Nela predominam florestas de terra firme, mas também são encontrados outros tipos de vegetação, tais como florestas de várzea, florestas de igapó e até cerrados e áreas campestres. Nada parece indicar que essa riqueza não possa conviver com o empreendimento.

O cadastro sócio-econômico recente revelou que do total da população residente na área do empreendimento 12% se auto-declararam indígenas ou com ascendência indígena. Pois o maior percalço da implantação do projeto está no componente indígena. Segundo a legislação indigenista, a Fundação Nacional do Índio – Funai é o órgão federal responsável pela análise e acompanhamento dos diagnósticos, medidas de mitigação de impactos e compensações que envolvam comunidades e terras indígenas relacionadas aos empreendimentos setoriais.

Os primeiros estudos pertinentes incluídos no projeto indicavam 14 fatores negativos com impactos na população indígena da Região. Seis desses fatores são considerados irreversíveis segundo técnicos do Governo. O estudo do componente indígena foi elaborado sob coordenação da Eletrobras e revela alagamento de terras indígenas com perda de recursos alimentares, como caça e pesca, e possibilidade de aumento de endemias na área.

É considerada inconstitucional, nos termos do artigo n. 231 parágrafo 5º da Carta Magna a localização de reservatórios dentro das reservas indígenas. Por força desse obstáculo, o Governo aguarda a revisão dos estudos e estima que o leilão possa ser feito em 2015.

## Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 432 MW de potência adicional até 2018. Já no cenário otimista, até 2018, devem entrar em operação um total de 2,0 mil MW.

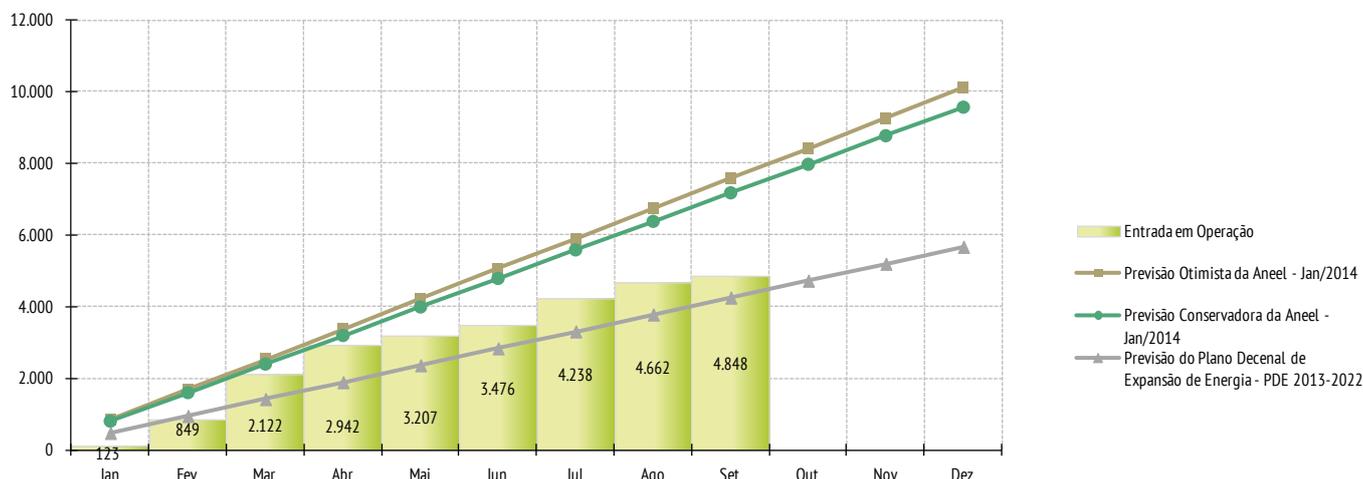
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 838 MW até 2018. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 2,0 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 8,4 mil MW, apenas 42% da potência (3,5 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2018.

## Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

**Expansão da Capacidade de Geração em 2014 (MW)**  
De 1º de janeiro a 15 de setembro de 2014



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2014, até 15 de agosto, entraram em operação 4.848 MW. Desse total, as UHEs representaram 42% da potência total que entrou em operação totalizando 2,0 mil MW. As EOL representaram 34% totalizando 1,7 mil MW. As UTEs fósseis representaram 8% da capacidade instalada no período, enquanto as UTEs de biomassa representaram 14% do total. As PCHs até o período representaram apenas 1% da capacidade instalada.

## 1.2 Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em agosto de 2014, 38.600 GWh, apresentando um valor similar ao observado em agosto de 2013.

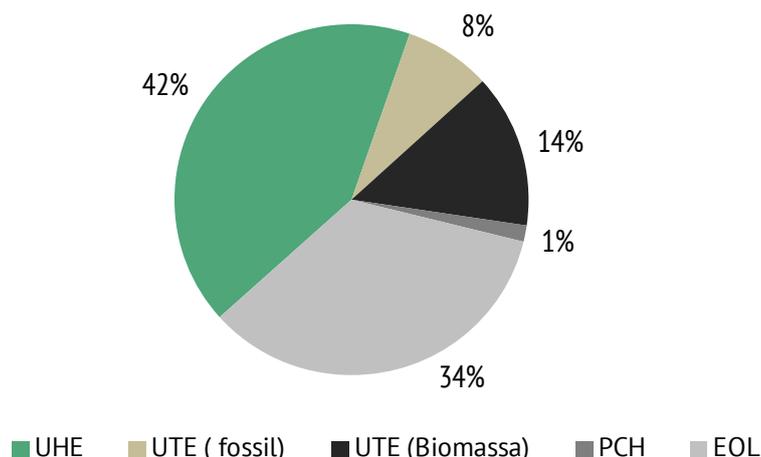
O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.066 GWh, valor 5% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. O consumo industrial de energia elétrica representou 39% do total de energia elétrica consumida em agosto de 2014. No acumulado do ano, o consumo industrial de eletricidade apresentou recuo de 3% quando comparado ao mesmo período de 2013.

De acordo com a EPE, os resultados, na sua maioria negativos, foram menos intensos do que no mês de julho. O recuo mais moderado do consumo industrial está em linha com o indicador da capacidade instalada (UCI), divulgado pela Confederação Nacional da Indústria. O consumo industrial de energia dos setores eletrointensivos, de forma semelhante ao mês de julho, continua em retração e, de forma menos acentuada, também nos demais segmentos da indústria. Os setores mais afetados continuam sendo o metalúrgico, o químico e o automobilístico. A indústria metalúrgica continua sofrendo os reflexos dos baixos preços de seus produtos no mercado externo.

## 1.3 Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

As Curvas de Aversão a Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)  
De 1º de janeiro a 15 de setembro de 2014



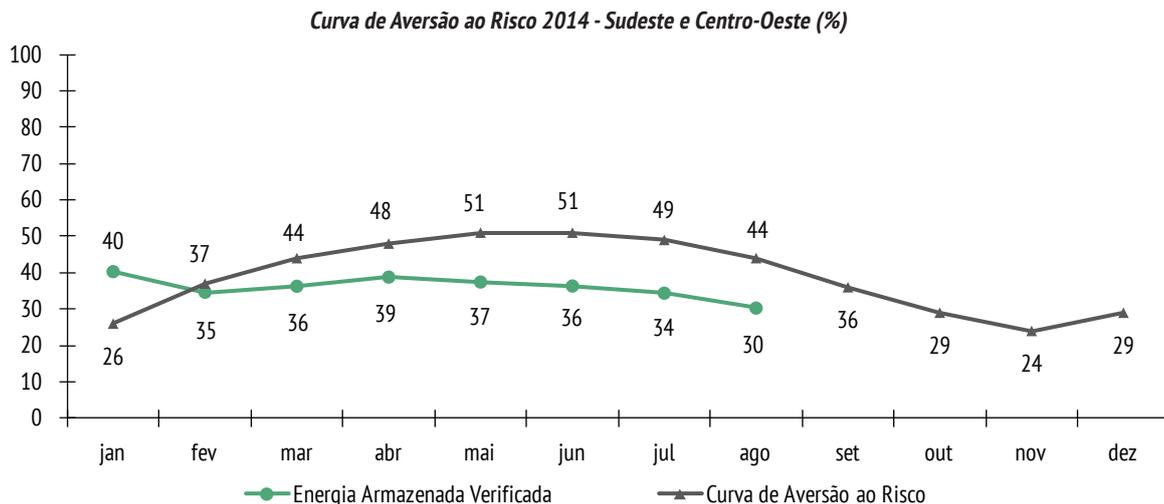
Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

\* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Agosto	Agosto	Var. %	Jan-Ago	Jan-Ago	Var. %
	2013	2014		2013	2014	
Residencial	10.291	10.522	2	82.681	87.965	6
<b>Industrial</b>	<b>15.883</b>	<b>15.066</b>	<b>-5</b>	<b>122.176</b>	<b>118.719</b>	<b>-3</b>
Comercial	6.597	6.997	6	54.891	59.273	8
Outras	5.916	6.015	2	46.583	48.421	4
<b>Total</b>	<b>38.687</b>	<b>38.600</b>	<b>0</b>	<b>306.331</b>	<b>314.378</b>	<b>3</b>

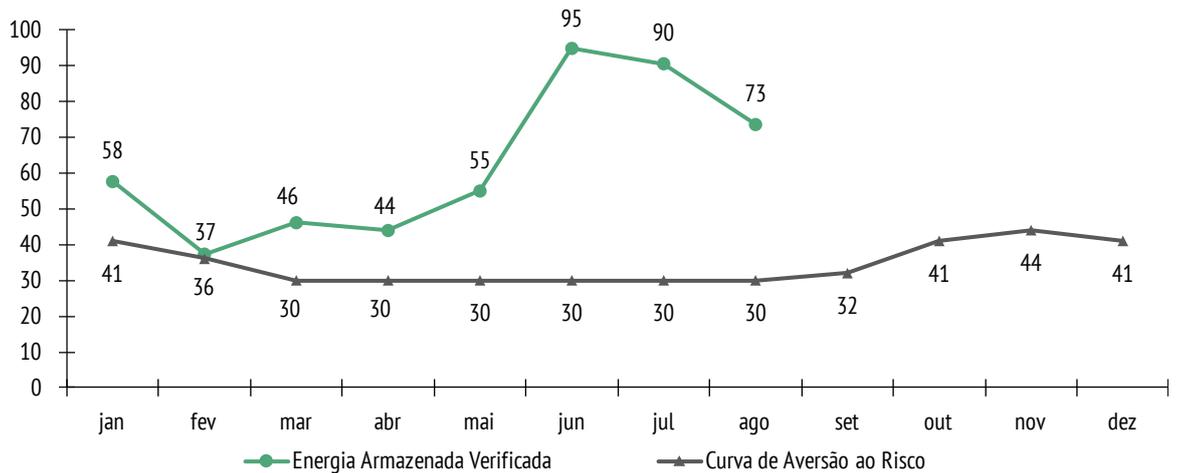
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.



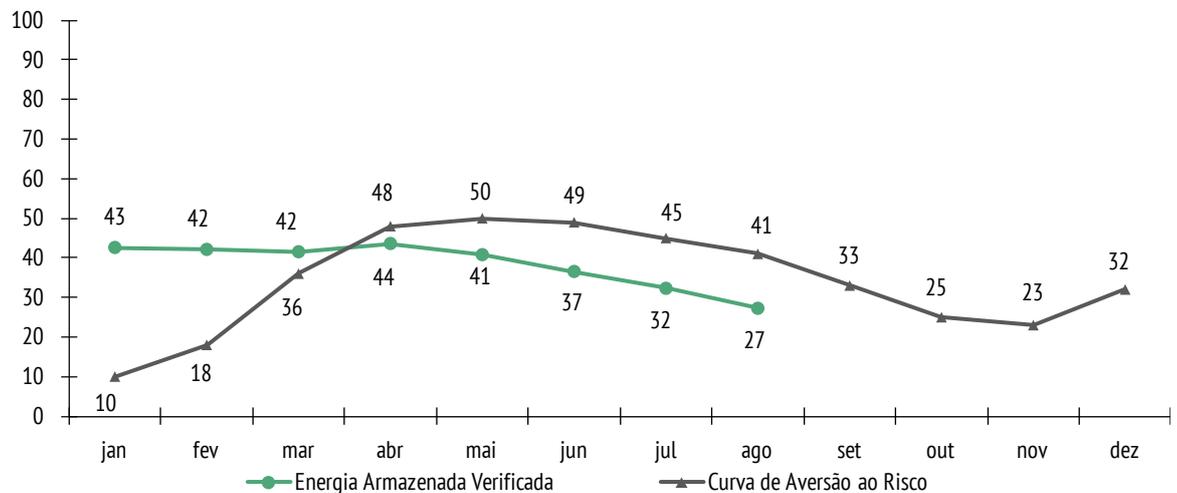
Em agosto de 2014, a energia armazenada verificada caiu em todas as Regiões. Na Região Sul caiu de 90% para 73%, nas Regiões Sudeste e Centro Oeste a energia armazenada caiu de 34% para 30%, na Região Nordeste a energia armazenada caiu de 32% para 27% e a na Região norte caiu de 85% para 65%. As Regiões Nordeste, Sudeste e

Centro-Oeste apresentam indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

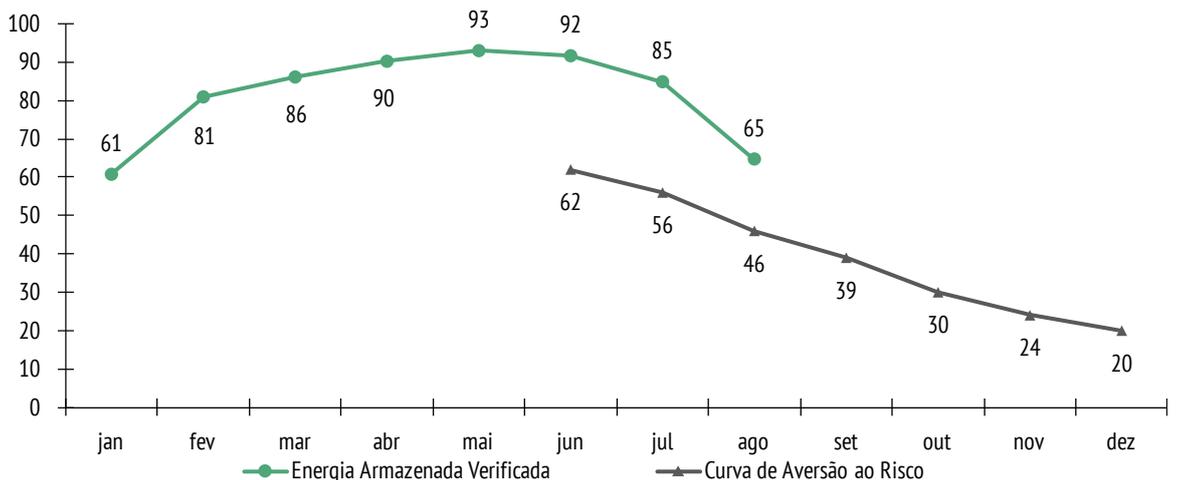
Curva de Aversão ao Risco 2014 - Sul (%)



Curva de Aversão ao Risco 2014 - Nordeste (%)



Curva de Aversão ao Risco 2014 - Norte (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

A Curva Bianaual de Aversão ao Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluições do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte - 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

## 1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2014, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 15,62 e R\$ 822,83/MWh.

Na quarta semana de setembro, o PLD não atingiu o valor máximo previsto pela CCEE de R\$ 822,83/MWh nas Regiões. Para carga pesada atingiu valor máximo de R\$ 752,54/MWh para todas as regiões. Enquanto para a carga leve teve um máximo de R\$ 735,21 para todas as regiões.

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga - leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. O mês de setembro de 2014 apresentou um PLD de R\$ 728,95/MWh. Esse valores são duas vezes maiores que os valores observados em setembro de 2013 no mercado atacadista.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)**  
Semana 4 - Setembro 2014 (Período: 20/09/2014 a 26/09/2014)

Carga	Sudeste/ Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	752,54	752,54	752,54	752,54
Média	751,91	751,91	751,91	751,91
Leve	735,21	735,21	735,21	735,21

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

**Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh)**  
Mensal

Região	Setembro	Setembro	Variação
	2013	2014	(%)
Sudeste/Centro-Oeste	266,16	728,95	173,88
Sul	248,36	728,95	193,51
Nordeste	269,10	728,95	170,88
Norte	269,10	728,95	170,88

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE.

# 2. PETRÓLEO

## 2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de julho de 2014, foi de 73 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 15% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 9% superior.

O grau API médio do petróleo produzido em julho de 2014 foi de aproximadamente 24,5°, sendo que 9,7% da produção foi considerada óleo leve

(maior ou igual a 31°API), 60,0% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 30,3% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

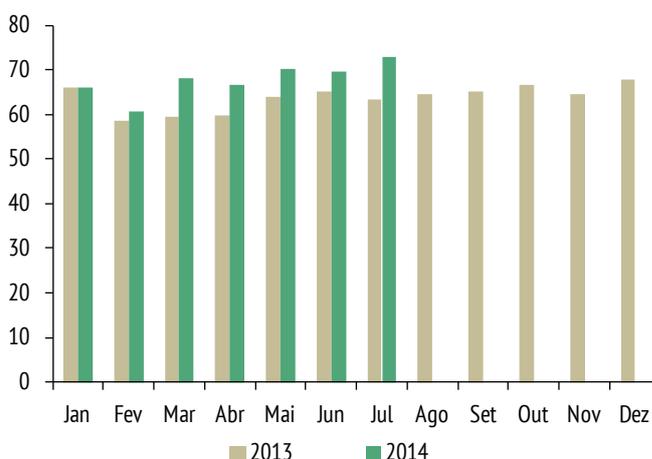
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em julho de 2014, foi de 68 milhões de bep. Esse volume foi 2% superior ao observado em julho de 2013 e no acumulado do ano 1% superior.

O volume de petróleo exportado pelo País, em julho de 2014, foi de 29 milhões de bep, valor 237% superior ao exportado em julho de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 58% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em julho de 2014, foi de US\$ 114,70/barril, valor 2,5% superior ao observado em julho de 2013. No acumulado do ano, o preço apresentou aumento de 0,8%.

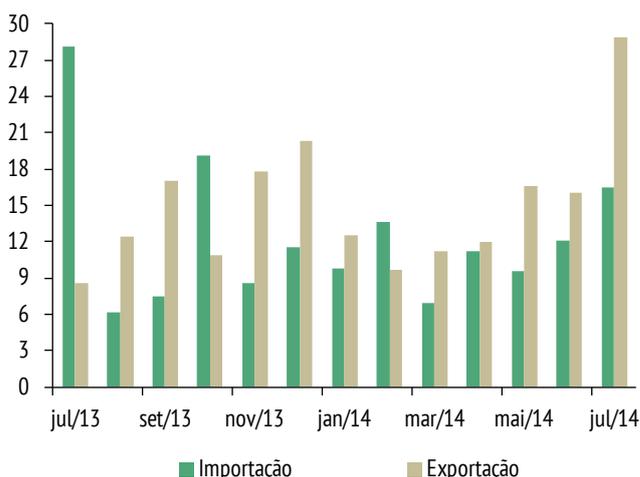
*De acordo com a ANP, em junho de 2014, cerca de 92,5% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.*

**Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)**



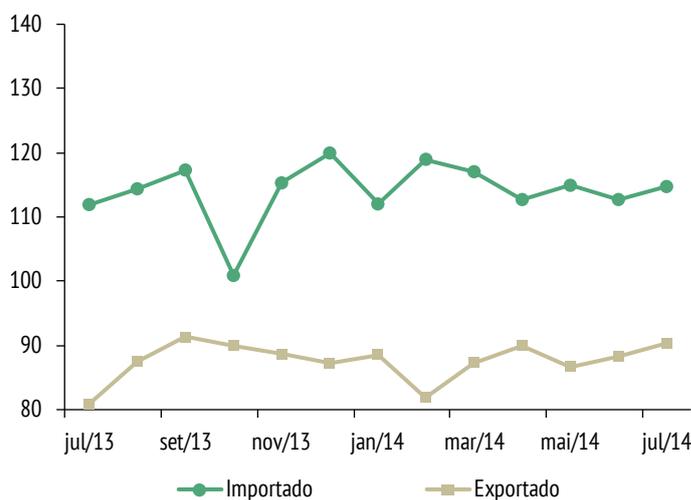
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)**



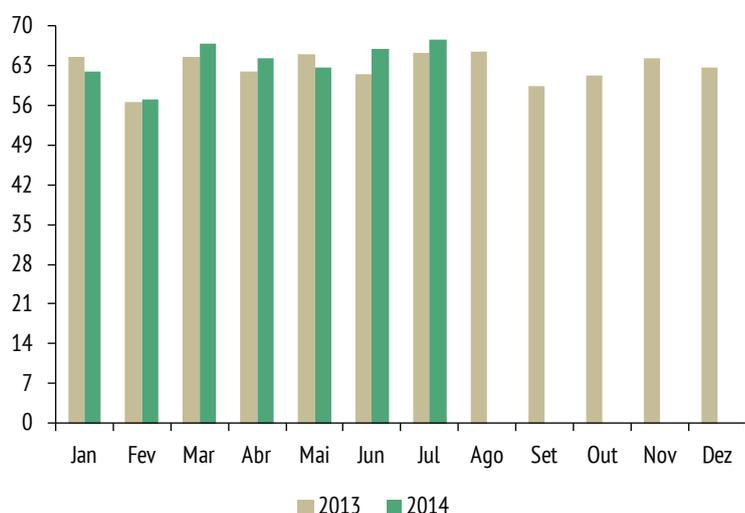
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em julho de 2014, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 68 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m<sup>3</sup>), volume 4% superior ao produzido em julho de 2013. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 2% superior ao mesmo período do ano passado.

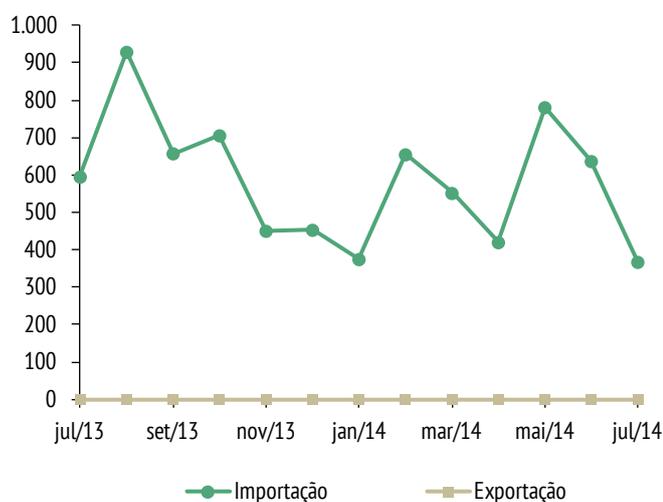
A importação de derivados de petróleo, em julho de 2014, foi de 17 milhões bep, valor 21% superior ao registrado em julho do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 1% inferior.

**Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)**



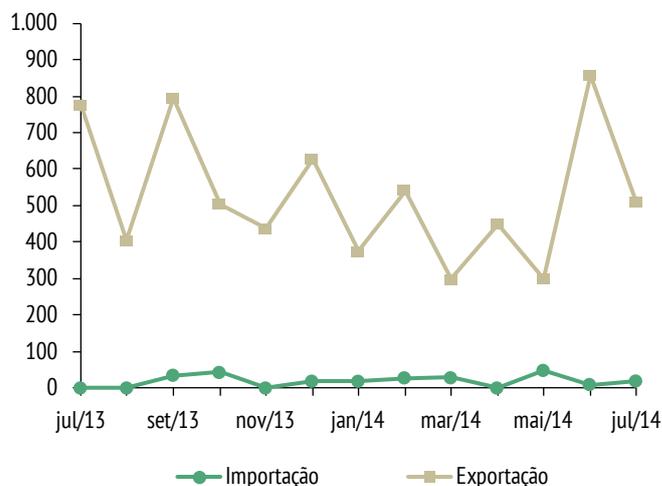
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação e Exportação de Nafta (mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

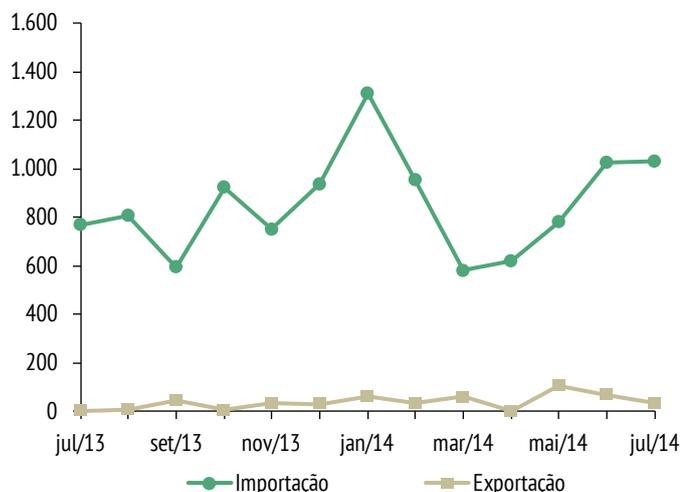
**Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

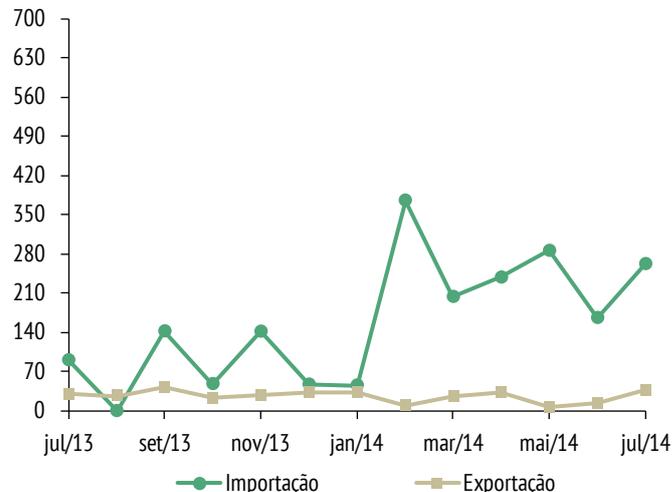
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em julho de 2014, foi constatado um total de 9 milhões bep, o que representa um volume 14% inferior ao observado no mesmo mês de 2013. No acumulado do ano, a exportação foi 3% superior.

**Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação e Exportação de Gasolina (mil m<sup>3</sup>)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP)

Em julho de 2014, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 6% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação de petróleo e derivados foi 6 milhões de bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 69 milhões de bep. Em julho de 2013, a dependência externa foi positiva em 27%. No acumulado do ano de 2014, foi observada uma dependência de 5%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de 15%.

### 2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em julho de 2014, apresentou saldo de US\$ -206 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 206 milhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano

anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 2,8 bilhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 5,4 bilhões FOB.

**Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)**

	Julho/2013	Jan-Jul/2013	Julho/2014	Jan-Jul/2014
Produção de Petróleo (a)	63	436	73	474
Imp. Líq. de Petróleo (b)	20	26	-12	-27
Imp. Líq. de Derivados (c)	4	53	8	51
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	87	515	69	497
Dependência Externa (e)=(d-a)	24	79	-4	23
<b>Dependência Externa (%) (e)/(d)</b>	<b>27</b>	<b>15</b>	<b>-6</b>	<b>5</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)**

	Julho/2013	Jan-Jul/2013	Julho/2014	Jan-Jul/2014
<b>Petróleo</b>				
Receita com exportação (a)	692	5.989	2.603	9.417
Dispêndio com importação (b)	3.144	10.572	1.893	9.140
Balança Comercial (c)=(a-b)	-2.452	-4.583	710	277
<b>Derivados</b>				
Receita com exportação (d)	1.006	5.674	925	5.752
Dispêndio com importação (e)	1.370	12.007	1.841	11.519
Balança Comercial (f)=(d-e)	-363	-6.333	-916	-5.767
<b>Petróleo e Derivados</b>				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.699	11.663	3.527	15.169
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	4.514	22.579	3.734	20.659
<b>Balança Total (i)=(g-h)</b>	<b>-2.815</b>	<b>-10.916</b>	<b>-206</b>	<b>-5.491</b>

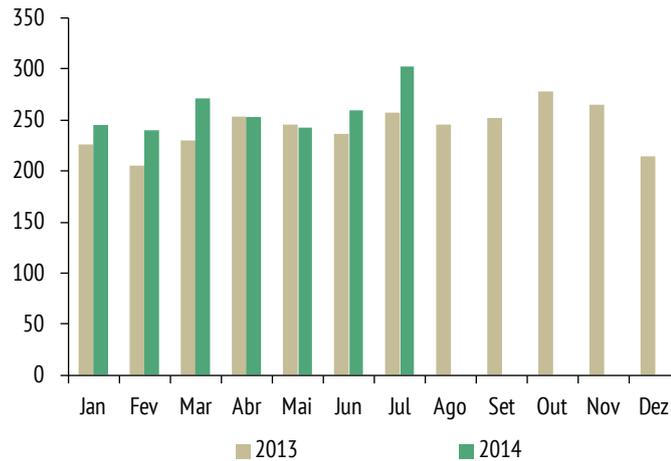
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 3. BIOCOMBUSTÍVEIS

### 3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em julho de 2014, foi de 303 mil m<sup>3</sup>, montante 18% superior ao produzido em julho de 2013. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 10% superior.

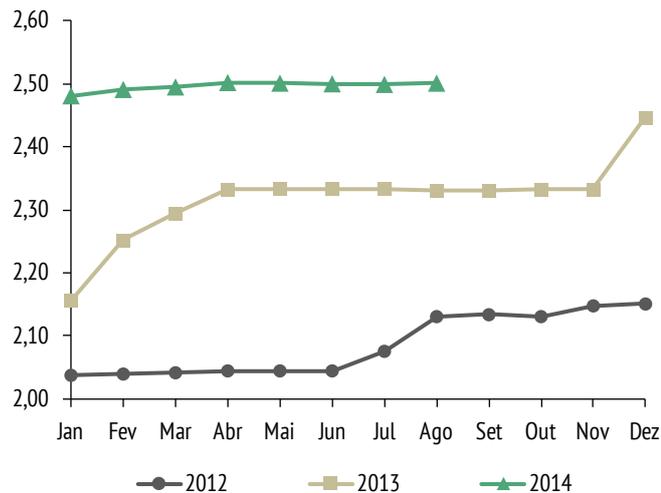
Produção de Biodiesel (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em julho de 2014, foi de R\$ 2,49/ℓ, valor 7% superior ao observado em julho de 2013.

Preço ao Consumidor do Diesel (R\$/ℓ)\*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 3.2. Álcool

#### Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2013/2014 produziu, até o dia 31 de maio de 2014, 28.013 mil m<sup>3</sup> de álcool, sendo 16.188 mil m<sup>3</sup> referentes à produção de álcool etílico hidratado (58%). Em relação ao mesmo período da safra 2012/2013, houve um aumento de 18% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 19% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro e álcool hidratado.

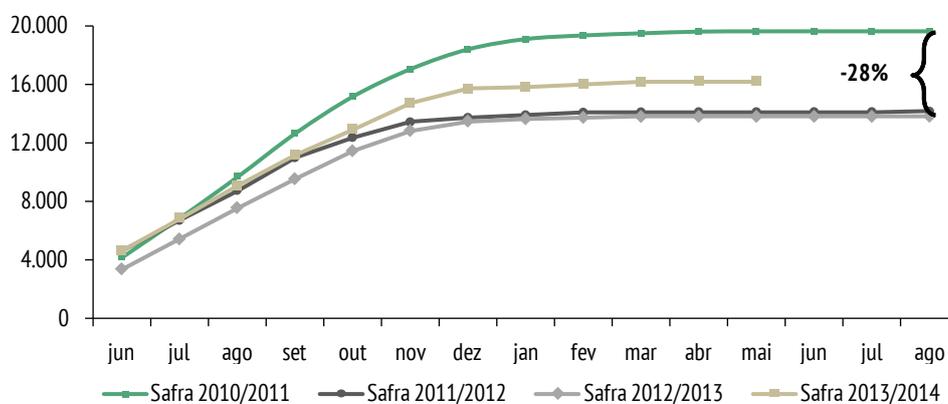
A produção de açúcar apresentou queda. Até 31 de maio de 2014, produziu-se 38 milhões de toneladas de açúcar, volume 1% inferior ao observado no mesmo período da safra 2012/2013.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2012/2013 (até 31 de maio de 2013)	Safra 2013/2014 (até 31 de maio de 2014)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m <sup>3</sup> )	9.695	11.826	22
Álcool Hidratado (mil m <sup>3</sup> )	13.769	16.188	18
<b>Total Álcool (mil m<sup>3</sup>)</b>	<b>23.464</b>	<b>28.013</b>	<b>19</b>
Açúcar (mil ton)	38.357	37.847	-1

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

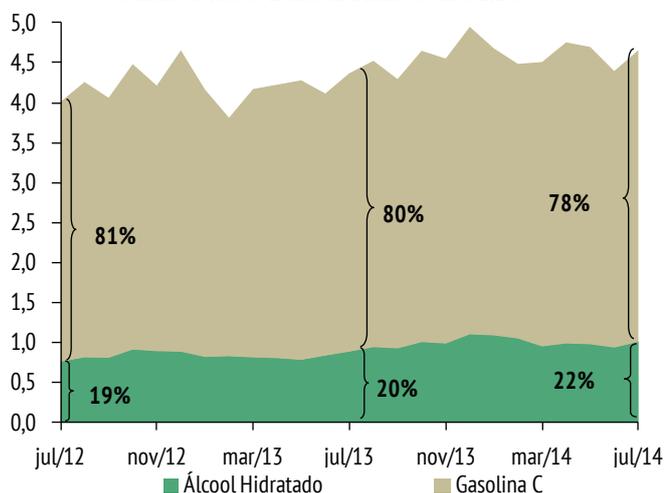
#### Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1.015 mil m<sup>3</sup> em julho de 2014. Esse número representa um aumento de 14% em relação ao volume vendido em julho de 2013. No acumulado do ano, as vendas foram 21% superiores.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 22% do universo de vendas do álcool e da gasolina em julho de 2014. Essa participação foi superior ao observado em julho de 2013 quando as vendas de álcool representaram 20%.

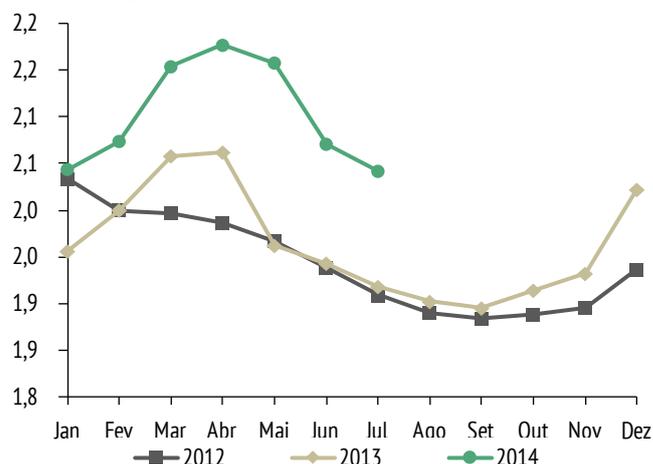
Em julho de 2014, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,04/ℓ, valor 7% superior ao registrado em julho de 2013.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup>



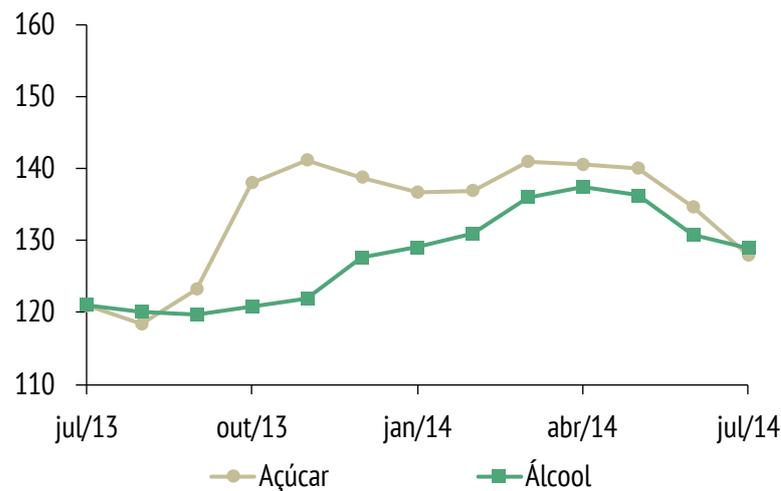
<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.  
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/L)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar\* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

\* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

## 4. GÁS NATURAL

### 4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em julho de 2014, foi de 88 milhões m<sup>3</sup>, representando um aumento de 12% comparado à média verificada em julho de 2013. No acumulado do ano, a média foi 10% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em julho de 2014, foi de 66 milhões m<sup>3</sup>/dia. A

oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 123 milhões m<sup>3</sup>/dia. Este montante é 22% superior ao observado em julho de 2013. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 1% superior.

*A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 35% em julho de 2014. Em julho de 2013, essa proporção havia sido de 32%.*

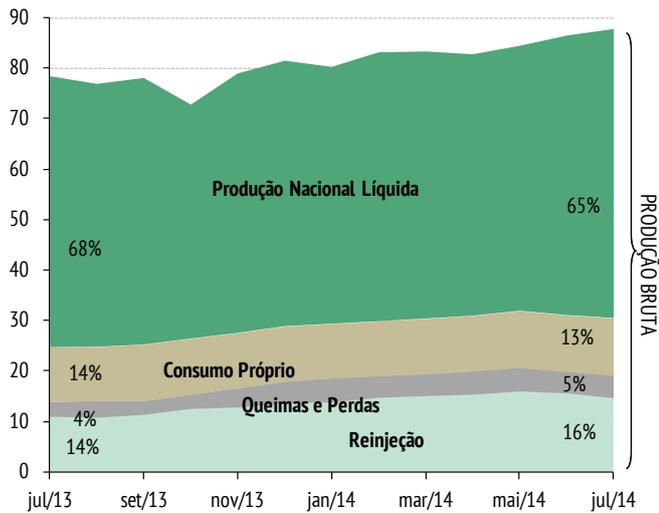
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m<sup>3</sup>/dia)

	Média em Julho/2013	Média do período Jan-Jul/2013	Média em Julho/2014	Média do período Jan-Jul/2014
<b>Produção Nacional<sup>1</sup></b>	<b>78.497</b>	<b>76.435</b>	<b>87.877</b>	<b>84.121</b>
- Reinjeção	10.905	9.502	14.550	14.933
- Queimas e Perdas	2.916	3.685	4.503	4.508
- Consumo Próprio	10.888	10.661	11.449	11.140
<b>= Produção Nac. Líquida</b>	<b>53.787</b>	<b>52.587</b>	<b>57.376</b>	<b>53.540</b>
+ Importação	46.858	47.369	65.858	47.691
<b>= Oferta</b>	<b>100.645</b>	<b>99.956</b>	<b>123.234</b>	<b>101.231</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

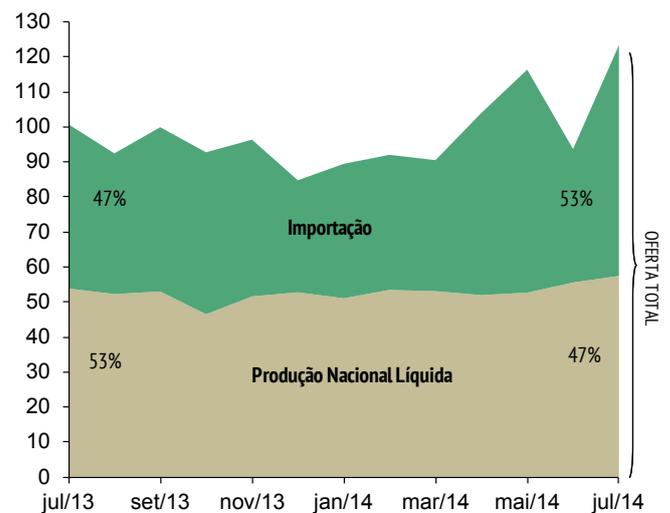
<sup>1</sup>Não inclui Gás Natural Liquefeito.

**Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Oferta Total de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)**



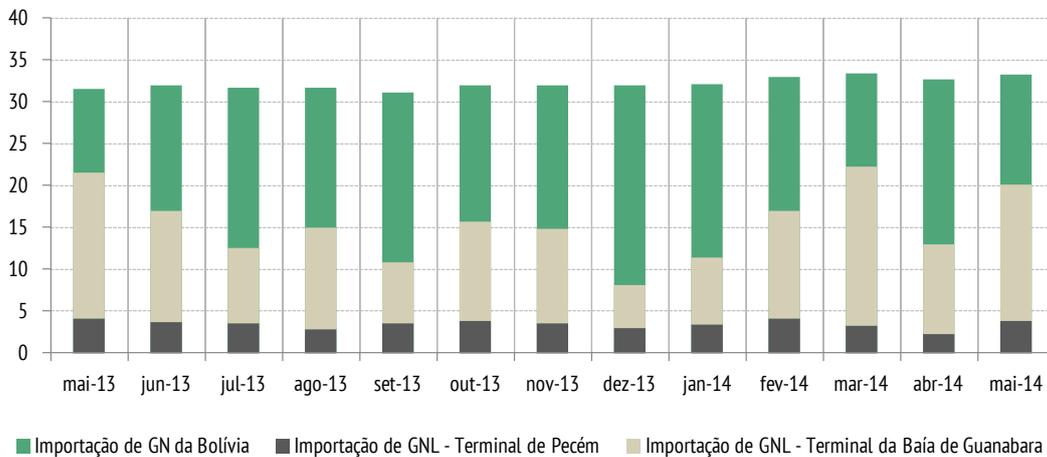
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em maio de 2014, foi de 33 milhões de m<sup>3</sup>/dia, volume 5% superior ao observado no mesmo mês de 2013.

Em maio de 2014, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 24 milhões m<sup>3</sup>/dia, volume 13% superior ao montante observado em maio de 2013.

**Importação Média de Gás Natural (MME)**



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

## 4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

Até o fechamento desta edição a ABEGÁS não havia disponibilizado os dados de Consumo de Gás Natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

O consumo de gás natural no país em junho de 2014 foi, em média, de 76 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 5% superior ao volume médio diário consumido

em junho de 2013. No acumulado do ano, o consumo de gás natural apresentou uma variação de 3% superior ao observado de janeiro a junho de 2013.

O setor industrial, em junho de 2014, consumiu 28 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, sendo 4% inferior ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do

ano, o consumo industrial de gás natural apresentou uma variação de 2% superior ao observado de janeiro a junho de 2013. De acordo com a Abegás, o resultado é reflexo da recuperação apresentada pela indústria brasileira no início deste ano.

### Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m <sup>3</sup> /dia)		Variação %	
	Junho/2014	Jan-Jun/2014	Jun-2014/ Jun-2013	Acumulado do Ano
<b>Industrial</b>	<b>27.834</b>	<b>28.415</b>	<b>-4</b>	<b>2</b>
Automotivo	4.744	4.928	-6	-3
Residencial	1.171	875	5	-4
Comercial	791	741	4	3
Geração Elétrica	31.765	32.543	6	11
Co-geração*	2.778	2.572	2	3
Outros	6.769	3.007	74	-31
<b>Total</b>	<b>75.854</b>	<b>73.082</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

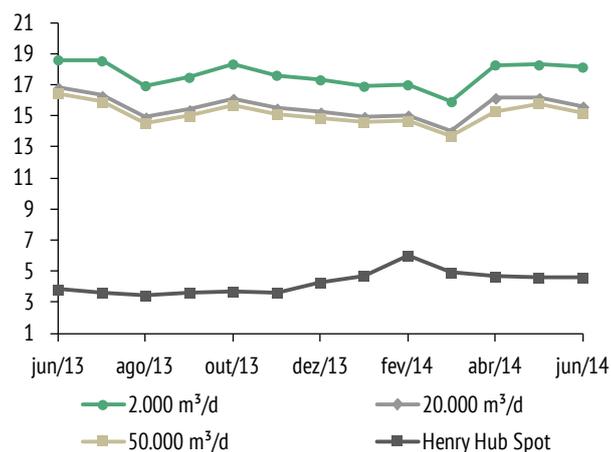
\*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

## 4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em junho de 2014, foi de US\$ 16,31/MMBTU, valor 6% inferior ao observado em junho de 2013 (US\$ 17,30/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em junho de 2014, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 4,59/MMBTU, valor 20% superior ao apresentado em junho de 2013 (US\$ 3,83/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado Spot Henry Hub<sup>2</sup> (US\$/MMBTU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

<sup>1</sup> Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

<sup>2</sup> Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

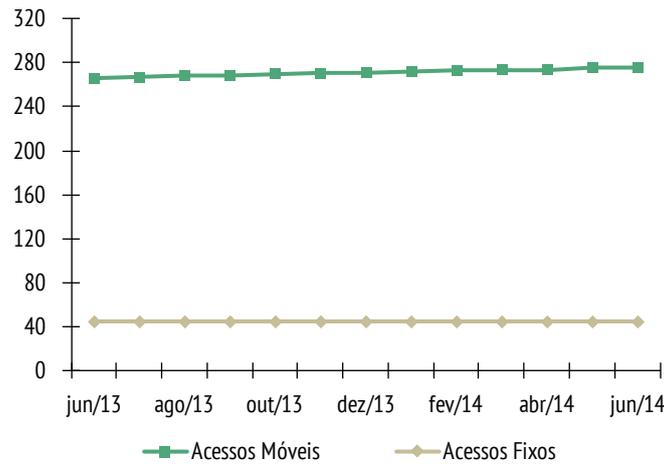
# 5. TELECOMUNICAÇÕES

## 5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em junho de 2014, o número de acessos móveis em operação foi de 276 milhões, montante 4% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos móveis nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em junho de 2014, o número de acessos fixos foi de 44,3 milhões, valor próximo ao averiguado em abril de 2014.

**Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)**



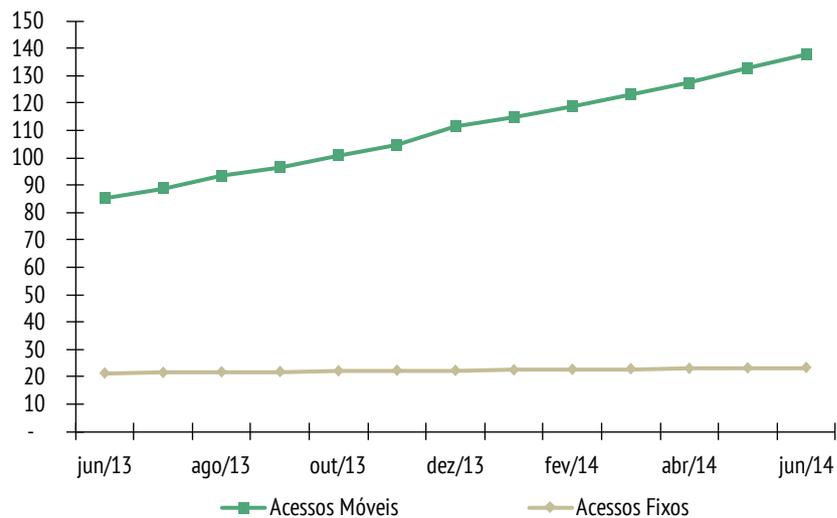
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

## 5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em junho de 2014 foi de 138 milhões, montante 61% superior ao observado no mesmo período de 2013. Em relação a maio de 2014, os acessos de internet móvel foram 4% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio de 2013.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de junho de 2014, um total de 23 milhões de acessos, o que representa um crescimento de 10% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a maio de 2014, os acessos à internet fixa foram similares.

**Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel<sup>1</sup> e Fixa<sup>2</sup> (milhão)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

<sup>1</sup> WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

<sup>2</sup> Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

<sup>3</sup> A partir de 2014 a metodologia de obtenção de dados da Anatel foi alterada, gerando uma diferença de -2% dos valores obtidos para os anos de 2013 e 2014.

## 6. TRANSPORTES

### 6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em agosto de 2014, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou uma expansão de 1% em relação a agosto de 2013. A movimentação de granel líquido e do total de carga foram similares ao movimentado no mesmo mês do ano anterior.

Em agosto de 2014, os TUPs representaram 68% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 52.194 mil toneladas, volume 2% superior ao observado em agosto de 2013. Os portos públicos movimentaram 24.723 mil toneladas em agosto de 2014, volume 3% inferior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país em agosto de 2014 foi de 859 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 4% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza\* (mil t)

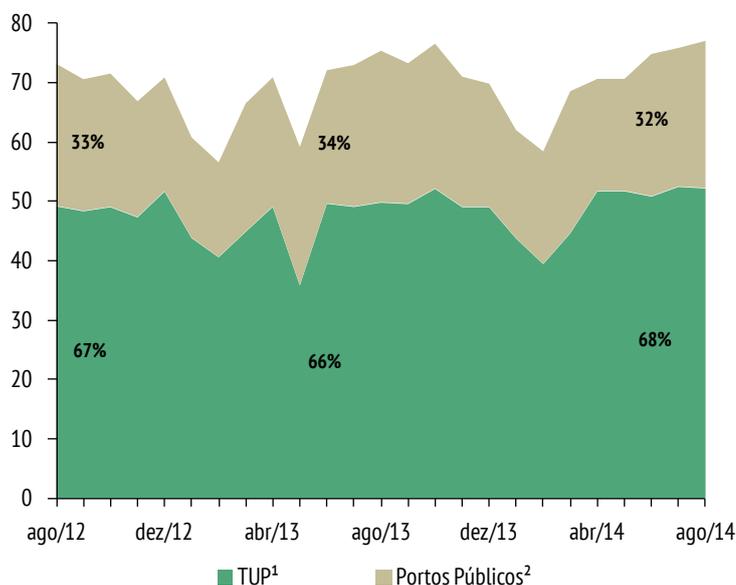
	Período		Variação %
	Ago/2013	Ago/2014	Ago-2014 / Ago-2013
<b>Granel Sólido (a)</b>	<b>54.254</b>	<b>53.675</b>	<b>-1%</b>
Portos Públicos	19.824	19.398	-2%
TUPs	34.430	34.277	0%
<b>Granel Líquido (b)</b>	<b>18.484</b>	<b>18.506</b>	<b>0%</b>
Portos Públicos	4.396	4.155	-5%
TUPs	14.088	14.351	2%
<b>Carga Geral Solta (c)</b>	<b>3.824</b>	<b>4.736</b>	<b>24%</b>
Portos Públicos	1.369	1.170	-15%
TUPs	2.455	3.566	45%
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>76.562</b>	<b>76.917</b>	<b>0%</b>
Portos Públicos	25.589	24.723	-3%
TUPs	50.973	52.194	2%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

\* Terminais de uso privativo (96 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

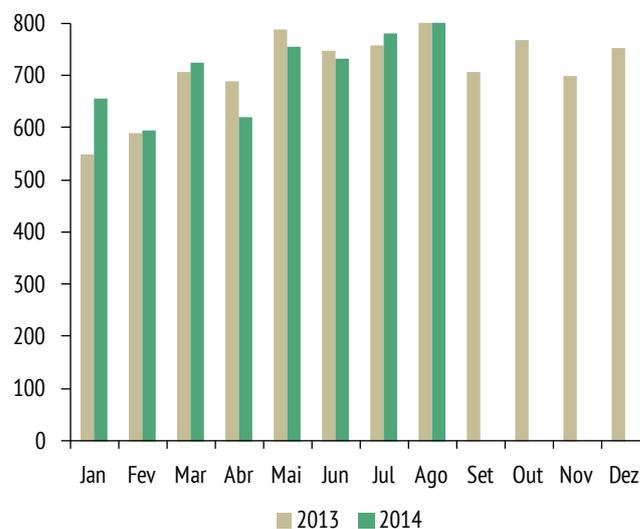


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Terminais de uso privativo (97 instalações)

<sup>2</sup> Portos públicos (32 instalações)

Movimentação Total de Contêineres\* (mil TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

\* Terminais de uso privativo (114 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

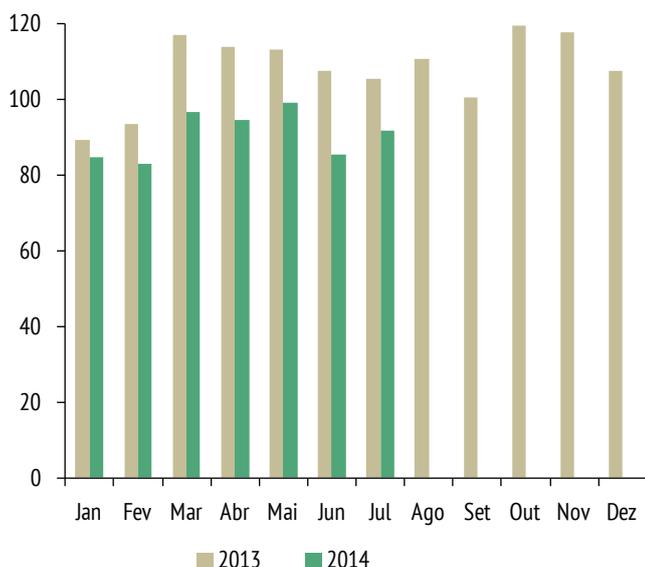
## 6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Devido às concessões dos aeroportos, a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes à Infraero Cargo junto às informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília. Devido a uma alteração na metodologia do aeroporto de Guarulhos, houve uma queda na movimentação de cargas.

Em julho de 2014, 18 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume 4% superior ao ocorrido no mesmo mês de 2013.

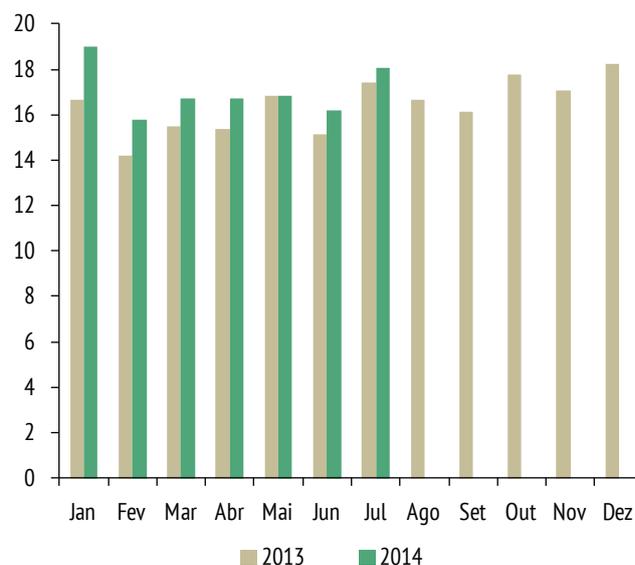
A movimentação de carga aérea total no País, em julho de 2014, foi de 92 mil toneladas, montante 13% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a movimentação foi 14% inferior.

Movimentação mensal de Cargas (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

## 6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em agosto de 2014, foi de 40 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 3% inferior ao observado no mesmo período de 2013. A movimentação de extração vegetal e celulose foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (24%), enquanto a carga geral não containerizada apresentou a maior retração (-50%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado em agosto de 2014.

Movimentação Acumulada de Cargas

Ano	2014	2013	Variação (%)
Mercadoria	Agosto (mil TU)	Agosto (mil TU)	acum-14/acum-13
Minério de Ferro	31.174	31.139	0
Produção Agrícola (exceto soja)	2.882	2.941	-2
Soja e Farelo de Soja	1.181	1.576	-25
Indústria Siderúrgica	1.013	1.406	-28
Carvão/Coque	928	1.016	-9
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	832	848	-2
Extração Vegetal e Celulose	597	482	24
Grãos Minerais	575	777	-26
Adubos e Fertilizantes	335	406	-17
Container	319	287	11
Indústria Cimenteira e Construção Civil	268	312	-14
Cimento	250	283	-12
Carga Geral - Não Contein.	11	22	-50
<b>Total</b>	<b>40.365</b>	<b>41.495</b>	<b>-3</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

## 6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em agosto de 2014, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 64 milhões de toneladas, montante 5% inferior ao averiguado em agosto do ano anterior. O modo marítimo apresenta a maior participação nas movimentações, com 94% do total.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	Ago/2014	Jan-Ago/2014	Ago-2014 / Ago-2013	Acumulado do ano
Marítimo	59.774	452.882	-6	4
Fluvial	1.833	12.406	13	13
Aéreo	112	824	0	-8
Ferroviário	32	312	-40	-22
Rodoviário	1.013	7.471	-2	-2
Outros*	1.042	7.748	8	-4
<b>Total</b>	<b>63.806</b>	<b>481.644</b>	<b>-5</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

\*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

# 7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

## 7.1. Desembolsos do BNDES

Em junho de 2014, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 4 bilhões, valor 28% inferior ao aportado em junho de 2013.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Junho/2013	Junho/2014	Variação (%)	Participação %
	R\$ milhão	R\$ milhão		
Refino e Álcool	266	595	124	13
Energia Elétrica e Gás Natural	3.541	2.067	-42	47
Saneamento	111	158	43	4
Telecomunicações	50	74	48	2
Transporte	2.149	1.535	-29	35
<i>Aéreo</i>	318	26	-92	-
<i>Aquaviário</i>	67	19	-71	-
<i>Terrestre</i>	1.764	1.490	-16	-
<b>Total Infraestrutura</b>	<b>6.117</b>	<b>4.430</b>	<b>-28</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

## 8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

### 8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2,6 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 84 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 3% do orçamento total de 2014.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,9 bilhões o que

representa 19% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2014, foram empenhados, até 30 de setembro, R\$ 41 bilhões, o que representa 49% da dotação autorizada. Até o dia 30 de setembro, foram liquidados R\$ 12,4 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 11,7 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 45 bilhões.

### 8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,9 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2014, foram empenhados R\$ 9,5 bilhões (69% da dotação). Até o dia 30 de setembro, foram liquidados R\$ 3,2 bilhão do orçamento, o montante pago do orçamento foi R\$ 3,2 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 9,7 bilhões.

Cerca de 77% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 12,1 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 17%), hidroviário (R\$ 239 milhões) e outros (R\$ 750 milhões). A modalidade portuária apresenta empenho de 9 milhões e uma execução de restos a pagar pagos no valor de R\$ 15 milhões até dia 30 de setembro.

### 8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2014, cerca de R\$ 472 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 7,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 13,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 79,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2014.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 40% foram pagos até 30 de setembro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 51% do total de restos a pagar inscritos.

## 9. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SIAFI) – TABELA IV

Para 2014, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 62,6 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 34% no Ministério das Cidades (R\$ 21,3 bilhões) e 23% no Ministério dos Transportes (R\$ 14,6 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 39,9 bilhões (64% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 17,8 bilhões até 30 de setembro. Foram pagos R\$ 17,6 bilhões do orçamento de 2014. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 29,6 bilhões. Restam R\$ 38 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

## 10. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DAS ESTATAIS (MPOG) – TABELA V

Em 2014, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 106 bilhões. Foram executados, até o quarto bimestre, investimentos no valor de R\$ 60 bilhões, equivalentes a 57% da dotação autorizada para 2014. Esse valor foi 9% inferior ao desembolsado em 2013, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2014 foi de R\$ 94,3 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 56 bilhões, o que representa uma execução de 59% do autorizado e 93% do total executado pelas Estatais.

*Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 80% da dotação autorizada para as Estatais em 2014 e respondeu por 87% da despesa realizada até o quarto bimestre do ano, num total de R\$ 52 bilhões (execução de 62% de sua dotação).*

# ANEXOS

**Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2014**  
**Investimentos - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 30/09/2014

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.770	471	27	77	4	76	4	343	419	631
MAPA	1.271	618	49	48	4	6	0	630	636	787
MCTI	1.364	468	34	298	22	172	13	504	677	680
MDIC	168	41	25	21	13	21	13	44	65	43
MME	146	193	133	97	66	97	66	63	160	24
<b>M. Transportes</b>	<b>15.872</b>	<b>9.527</b>	<b>60</b>	<b>3.232</b>	<b>20</b>	<b>3.217</b>	<b>20</b>	<b>6.487</b>	<b>9.704</b>	<b>6.131</b>
M. Comunicações	121	19	16	3	2	3	2	77	79	81
MMA	183	68	37	11	6	10	6	71	82	55
MDA	686	334	49	44	6	40	6	3.745	3.785	578
M. Defesa	9.413	6.653	71	3.010	32	2.937	31	5.705	8.642	1.971
M. Int. Nacional	7.579	3.551	47	1.055	14	949	13	2.149	3.099	3.953
M. das Cidades	9.891	3.425	35	453	5	400	4	2.181	2.581	12.135
Outros**	35.448	15.636	44	4.030	11	3.754	11	11.651	15.404	22.742
<b>Total</b>	<b>83.914</b>	<b>41.004</b>	<b>49</b>	<b>12.379</b>	<b>15</b>	<b>11.682</b>	<b>14</b>	<b>33.650</b>	<b>45.333</b>	<b>49.811</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

\*\* Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

**Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes - OGU 2014**  
**Investimentos - Por Modalidade**

Valores em final de período - atualizados até 30/09/2014

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.738	2.054	75	1.204	44	1.201	44	659	1.861	664
Hidroviário	239	163	68	2	1	2	1	122	124	221
Portuário	0	9	0	1	0	1	0	15	16	5
Rodoviário	12.146	7.090	58	1.957	16	1.948	16	5.494	7.442	4.891
Outros	750	211	28	69	9	65	9	196	261	351
<b>Total</b>	<b>15.872</b>	<b>9.527</b>	<b>60</b>	<b>3.232</b>	<b>20</b>	<b>3.217</b>	<b>20</b>	<b>6.487</b>	<b>9.704</b>	<b>6.131</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2014**

**Restos a Pagar Processados**

Valores em final de período - atualizados até 30/09/2014\*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	472	-1	400	71
União	7.685	-308	4.116	3.260

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Restos a Pagar Não-processados**

Valores em final de período - atualizados até 30/09/2014\*

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	13.639	-1.492	6.087	6.060
União	79.385	-3.299	29.535	46.551

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2014  
 PAC - Por Órgão Superior**

Valores em final de período - atualizados até 30/09/2014

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	3.961	1.702	43	1.142	29	1.142	29	887	2.029	753
M. Planejamento	2	1	40	0	19	0	19	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	281	281	389
MCTI	0	0	0	0	0	0	0	32	32	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	6.629	4.639	70	735	11	732	11	2.653	3.385	4.136
MDIC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
M. Justiça	0	1	0	1	0	1	0	4	4	0
M. Minas e Energia	247	265	107	155	63	154	62	188	342	125
M. Saúde	2.410	1.234	51	884	37	840	35	858	1.698	2.840
M. Trabalho e Emprego	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>M. Transportes</b>	<b>14.646</b>	<b>9.750</b>	<b>67</b>	<b>3.286</b>	<b>22</b>	<b>3.269</b>	<b>22</b>	<b>6.936</b>	<b>10.204</b>	<b>6.141</b>
M. Comunicações	101	0	0	0	0	0	0	24	24	7
M. Cultura	166	98	59	17	11	16	10	222	238	323
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MDA	38	12	32	4	10	4	10	3.394	3.398	26
M. Esporte	1.394	501	36	155	11	155	11	281	436	1.052
M. Defesa	4.943	4.523	91	2.194	44	2.191	44	3.455	5.646	682
M. Integr. Nacional	5.967	3.216	54	1.005	17	903	15	1.822	2.726	2.240
M. Turismo	1	0	0	0	0	0	0	54	54	1.525
M. Desenv. Social	643	350	54	200	31	200	31	464	664	283
M. Cidades	21.340	13.625	64	8.075	38	8.023	38	8.008	16.031	16.998
<b>Total</b>	<b>62.573</b>	<b>39.918</b>	<b>64</b>	<b>17.854</b>	<b>29</b>	<b>17.631</b>	<b>28</b>	<b>29.563</b>	<b>47.193</b>	<b>37.603</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

**Tabela V - Orçamento de Investimentos - 2014  
 Estatais e Agências de Fomento**

Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 4º bim.	Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 4º bim.
Minas e Energia	94.324	55.563	Produção Industrial	1.073	487
Comunicações	1.322	580	Energia Elétrica	10.057	3.793
Transportes <sup>1</sup>	0	0	Combustíveis Minerais	73.446	47.616
Defesa	9	2	Transporte Aéreo	1.667	934
Outros	10.219	3.800	Transporte Hidroviário	3.070	661
<b>Total</b>	<b>105.873</b>	<b>59.944</b>	Transportes Especiais	5.349	1.885

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 4º bim.	Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 4º bim.
Indústria	441	170	Grupo Eletrobrás	9.871	3.444
Comunicações	1.301	580	Grupo Petrobras	84.452	52.119
Energia	94.183	55.382	Cias DOCAS <sup>2</sup>	1.303	934
Transporte	2.991	1.147	Infraero	1.670	934

Fonte: Portaria n.º 12/2014 do MPOG.

<sup>2</sup>Despesas alocadas na Secretaria de Portos